

Inadimplência: subproduto da crise da dívida externa

LONDRES (Do Correspondente) — A inadimplência do Brasil nas organizações internacionais sediadas na Grã-Bretanha às quais é filiado é um subproduto da crise da dívida externa.

Com a escassez de dólares verificada a partir de 1983, o Brasil começou a ter dificuldades em manter suas obrigações financeiras com algumas entidades em dia e desde o início deste mês está inadimplente em todas elas.

Das oito instituições, o Governo é o responsável pela representação brasileira em sete, enquanto no Grupo Internacional de Estudos sobre Chumbo e Zinco a participação nacional está a cargo de uma associação privada, o Instituto de Metais Não-Ferrosos. A situação agravou-se com a reforma administrativa implantada na gestão de Collor, em que a mudança dos órgãos responsáveis, no Governo, pelo

pagamento das obrigações junto a essas associações contribuiu para que a inadimplência se generalizasse. Uma das consequências do calote nos pagamentos é a deterioração da credibilidade e da imagem do País no exterior, exatamente o contrário do que propunha o Presidente Collor no início de seu Governo.

Desde 1988, as autoridades governamentais, em Brasília, vêm recebendo insistentes telefonemas, cartas e telegramas dos delegados brasileiros nessas instituições, pedindo providências para a regularização dos pagamentos. Os pedidos têm sido inúteis, apesar das advertências sobre as implicações da atitude do Brasil.

Representantes de países mais irritados com os atrasos não se cansam de lembrar aos seus colegas brasileiros que o pagamento das contribuições é uma obrigação que o País assumiu ao se

filial às organizações. E a adesão, acrescentam, ocorreu voluntariamente. No ano passado, autoridades do Ministério da Economia chegaram a propor a retirada do Brasil dessas organizações. Mesmo que não prejudicasse a defesa dos interesses do Brasil, tal decisão não solucionaria o problema: porque, ainda que venha a se desfiliar de quaisquer das oito associações, o Brasil continuará obrigado a saldar os pagamentos em atraso.

Da parte das associações, a medida mais extremada em relação à inadimplência brasileira seria a exclusão do País dos seus quadros. A medida sequer é cogitada, porque há o consenso de que isso também não resolveria o problema dos pagamentos atrasados. Além disso, considerase imprescindível a participação do Brasil nas organizações. De preferência com os pagamentos em dia.

A inadimplência do Brasil perante os órgãos internacionais

O Brasil já perdeu direito de voto em oito instituições internacionais de comércio, com sede na Grã-Bretanha, em função do não pagamento de dívidas no valor total de US\$ 1,3 milhão. No caso da Organização Internacional do Cacau, por exemplo, o País acumula três anos de atraso no pagamento de sua dívida, que chega a US\$ 470 mil.

INSTITUIÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	NÚMERO DE MEMBROS	RESPONSÁVEL NO BRASIL	CONTRIBUIÇÕES NÃO PAGAS (ANO)	DÍVIDA (EM US\$)
Organização Internacional do Cacau	1972	39 (Minist. da Agricultura)	Ceplac	1988/89 1989/90 1990/91	470.000
Organização Internacional do Açúcar	1968	45Antes Minist. da Agricultura Agora, Secret. de Des. Regional		1989/90 1990/91	265.000
Organização Internacional do Trigo	1949	36Antes, Junta do Trigo. Agora, Min. da Economia		1990/91	84.000
Grupo Intern. de Estudos da Borracha	1944	26Antes, Sudevea. Agora, Secretar. do Meio-Ambiente		1989/90 1990/91	40.000
Grupo Intern. de Estud. sobre Chumbo e Zinco	1959	32Instituto de Metais Não-ferrosos		1989 1990 1991	40.000
Organização Marítima Inter.	1948	135Itamaraty		1991	40.000
Comissão Inter. da Baleia	1949	35Itamaraty		1990/91	38.000
Organização Internacional do Café (OIC)	1963	63Antes, IBC. Agora, Minist. da Economia		1990/91	280.000

FONTE: associações de produtores e organizações internacionais